

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Setor quer térmicas a gás em leilão de energia.....	2
Título: Espírito Santo quer 'fundo soberano' para bancar projetos de investimento	2
Título: Mitsui investe em energia solar no Brasil	4
Título: Fusões e aquisições em infraestrutura de telecomunicações devem aumentar	6
Título: Projetos na Amazônia terão US\$ 100 milhões de agência americana	8
Título: Agricultura brasileira é produtiva e sustentável, defende ministro	10
Título: Destaques	12
Título: Corte de custos da Petrobras virá de pessoal.....	13
Título: Venda da Braskem para Lyondell segue em negociação	15
Título: Área econômica do governo articula desestatização, mas privatizações se mostram complexas.....	16
VEÍCULO: O Globo.....	24
Título: O preço da imagem arranhada	24
Título: CPI de Brumadinho: seis senadores receberam doações de mineradoras.....	26
Título: STJ liberta 13 funcionários da Vale e de empresa alemã.....	27
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	28
Título: Celeridade na investigação	28

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 15/03/2019****Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Setor quer térmicas a gás em leilão de energia**

Os investidores em geração de energia termelétrica vão apresentar proposta ao **Ministério de Minas e Energia (MME)** para incluir a fonte térmica a gás natural no próximo leilão de energia nova, do tipo "A-4", que contratará energia de novos empreendimentos para início de fornecimento daqui a quatro anos (2023). O certame está previsto para 27 de junho.

A Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget) aprovou ontem a proposta que será encaminhada ao MME, na consulta pública aberta pela pasta para discutir as diretrizes do leilão A-4. De acordo com as diretrizes propostas pelo ministério, o leilão deverá permitir a participação de projetos apenas das fontes hidrelétrica, eólica, solar fotovoltaica e de biomassa.

"O A-4 está deixando claro que não pode haver a participação de termelétricas [a gás natural]. É um equívoco técnico de proporções consideráveis", afirmou ao **Valor** o presidente da Abraget, Xisto Vieira Filho. Segundo ele, a proposta da entidade será encaminhada ao MME na próxima semana.

De acordo com o executivo, o A-4 é um leilão de expansão de energia, de contratação de novos projetos e, por isso, deveria prever a participação de novos projetos termelétricos. Vieira Filho afirma que é possível construir termelétricas a gás natural em menos de quatro anos.

Com a abertura da consulta pública sobre o leilão A-4, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) iniciou o prazo para o cadastro e a habilitação técnica dos empreendimentos elegíveis para o certame. O prazo para a inscrição de projetos termina no dia 5 de abril.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 15/03/2019****Seção: Brasil****Autor: Fabio Graner e Fernando Exman | De Brasília****Título: Espírito Santo quer 'fundo soberano' para bancar projetos de investimento**

O Espírito Santo pretende criar uma espécie de "fundo soberano" para aplicar em projetos de investimentos privados na área de infraestrutura e logística e outros segmentos que o Estado enxergar como estratégico para diversificação econômica de sua base produtiva.

A ideia do governador Renato Casagrande (PSB) é abastecer esse fundo a partir do aumento de receitas esperado com a formalização do processo de unificação da exploração do petróleo nos campos do chamado Parque das Baleias, que está em fase final de negociação com a Petrobras.

Ao **Valor** Casagrande afirmou que essa iniciativa deve gerar cerca de R\$ 500 milhões por ano ao Estado. Essa conta tem como referência os atuais níveis de produção, do câmbio e do preço do barril do petróleo.

Mais da metade disso iria para esse novo fundo, que dependerá de aprovação de uma lei na Assembleia Legislativa. O governador afirmou que já está tratando do assunto com o Tribunal de Contas do Estado e disse acreditar que os deputados estaduais podem aprovar a iniciativa em cerca de um mês.

O objetivo é fazer com que o fundo tenha um potencial multiplicador dos recursos que nele ingressarem. Para tanto, o dinheiro será aplicado em participações minoritárias em projetos que o Estado considerar estratégicos. Além disso, parte do rendimento dos recursos aplicados vai para o Tesouro estadual. "Queremos que isso seja uma receita que permaneça para as gerações futuras", disse Casagrande. "É uma inovação."

Para tentar fazer a blindagem do fundo contra ingerências indevidas, a ideia é que a instituição tenha um conselho e que seu gestor seja selecionado por uma empresa de recrutamento de executivos (headhunter).

Além dos recursos decorrentes do fluxo anual da exploração de petróleo, a negociação em curso com a Petrobras deve gerar uma receita extraordinária de R\$ 1,2 bilhão para o Estado. Esse dinheiro vai para um outro fundo, exclusivamente voltado para infraestrutura.

"Nós temos uma infraestrutura da década de 60 e precisamos explorar nossa plataforma logística. Isto nos dará sustentabilidade para sair da dependência da empresa de minério", disse Casagrande, que tem criticado seu antecessor, Paulo Hartung, por supostamente não ter feito investimentos no desenvolvimento da infraestrutura.

Nesse sentido, o governador também pleiteia apoio do governo federal para desenvolver o porto local, de forma a permitir exportações mais amplas por meio do Estado.

A expectativa do governador é que a questão seja resolvida no curto prazo pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) e pelo **Ministério de Minas e Energia**, até porque ela já levou a Petrobras a provisionar recursos em seu balanço.

De fato, a estatal aborda o assunto nas suas demonstrações financeiras de 2018. "Campos de Baleia Anã, Baleia Azul, Baleia Franca, Cachalote, Caxaréu, Jubarte e Pirambu, no complexo Parque das Baleias: o Poder Judiciário proferiu decisões permitindo a arbitragem com a ANP. Em seguimento, o Tribunal Arbitral proferiu decisão cautelar afastando a cobrança de PE [participação especial] pela ANP, determinando que a Petrobras ofereça garantias para os débitos a serem negociados. "

A arbitragem foi suspensa, por iniciativa das partes, com o objetivo de se buscar uma alternativa para a resolução da controvérsia de R\$ 10,6 bilhões, atualizada até 31 de dezembro de 2018", detalhou a Petrobras em seu balanço. "Em dezembro de 2018, a ANP publicou consulta e audiência públicas número 34/2018 divulgando a minuta de acordo desenvolvida pelas áreas técnicas da Petrobras e da ANP, assim como as notas técnicas que apuraram os novos valores de PE, que, atualizados até o 4T-2018, totalizam R\$ 3,5 bilhões. Nesse contexto, a companhia acredita, em 31 de dezembro de 2018, que é provável uma saída de recursos no valor de R\$ 3,5 bilhões para liquidar a controvérsia com a ANP."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Mitsui investe em energia solar no Brasil

O grupo japonês Mitsui marcou sua entrada no setor de energia solar no Brasil com a aquisição de cerca de 17% de participação na Órigo, empresa de geração de energia solar distribuída que tem entre os principais acionistas o fundo americano de private equity TPG Alternative & Renewable Technologies (TPG ART) e a gestora brasileira de ativos de empresas sustentáveis MOV Investimentos. O negócio, cujo valor não foi revelado, foi aprovado sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) nesta semana.

O acordo, que envolveu um aumento de capital, foi assinado em fevereiro, quando foi dada entrada no processo no órgão de defesa da concorrência. A necessidade do aval do Cade se deve ao fato de o faturamento da Órigo ser superior a R\$ 75 milhões e ao porte dos investimentos do grupo japonês no

Brasil. A expectativa é que o negócio seja concluído na primeira semana de abril.

Fundada em 2010 por quatro engenheiros, a Órigo foi uma das primeiras empresas a investir em geração distribuída a energia solar no país, ainda antes da publicação da resolução 482/2012 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), importante marco regulatório para a geração distribuída no Brasil aperfeiçoado em 2015, com a resolução 687. Hoje, o capital da empresa pertence basicamente ao TPG ART e a MOV Investimentos.

A Órigo atua basicamente em três tipos de negócios. O primeiro é a construção e operação de fazendas solares, pelas quais a companhia aluga lotes de placas fotovoltaicas para consumidores de pequeno e médio porte situados na mesma área de concessão em que a usina está localizada.

O segundo tipo é o modelo tradicional de instalação de painéis solares fotovoltaicos nos telhados de residências e estabelecimentos comerciais e industriais. E o terceiro é o desenvolvimento de projetos de geração de energia solar para terceiros. Um exemplo desse caso foi a instalação de sistemas solares com baterias em uma comunidade ribeirinha no Norte do Pará, no âmbito do programa Luz para Todos.

"Hoje o nosso principal modelo de negócios é o de fazendas solares. Nesse modelo, o investimento fica por conta da Órigo. E nossos clientes alugam essa capacidade de painéis solares", afirmou o presidente da empresa, Surya Mendonça, ao **Valor**.

Segundo ele, a companhia já conta com quatro fazendas solares em Minas Gerais, que atendem cerca de 1,5 mil clientes. Ao longo deste ano, a empresa planeja construir outras cinco fazendas. O executivo ressaltou que a definição do plano de investimentos a partir de 2020 depende da conclusão da Aneel com relação à discussão atual sobre o aperfeiçoamento do marco regulatório do segmento.

"O que está em revisão agora é bom para avaliar o que deu certo e o que não deu e o que precisa melhorar. E definir quais as regras para frente. O meu plano de investimento para 2020 depende muito do que vai ser a regulamentação agora. O que os meus investidores precisam é de previsibilidade", explicou Mendonça.

Segundo Márcio Takata, diretor da Greener, empresa de pesquisa e consultoria especializada no setor que auxiliou a Mitsui na decisão de investimento, a operação "é uma indicação de que o mercado de geração distribuída começa a ser altamente atrativo".

A aquisição na Órigo também reforça a aposta da Mitsui no Brasil. Na última semana, a superintendência-geral do Cade recomendou a aprovação da transferência do controle da Supervia, concessionária de transporte ferroviário do Rio de Janeiro, da Odebrecht Transport (OTP), braço de transportes e mobilidade urbana do grupo Odebrecht, para o conglomerado japonês. O valor da operação também não foi revelado.

Após a conclusão da transação, a OTP, que hoje tem 72,8% de participação indireta na Supervia, ficará com 11,33%. A Mitsui, por sua vez, vai deter participação indireta de 88,67%. A expectativa é que o negócio seja concluído nos próximos meses.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Alexandre Melo | De São Paulo

Título: Fusões e aquisições em infraestrutura de telecomunicações devem aumentar

As fusões e aquisições entre as operadoras de telecomunicações regionais e empresas de infraestrutura deverão ser mais intensas em 2019. Levantamento da consultoria Deloitte / TTR M&A indica que oito transações movimentaram R\$ 9,9 bilhões no ano passado, sendo que outros sete negócios não tiveram os valores revelados. Em 2017, foram 13 operações que somaram R\$ 3,7 bilhões.

Empresas com presença de fundos de investimento no capital social como a mineira Algar Telecom, a Vogel Telecom, a carioca SumiCity e a alagoana Aloo Telecom são as principais candidatas a intensificar a consolidação no âmbito regional. Já no segmento de provedores de infraestrutura de torres as potenciais consolidadoras são a American Tower e Phoenix Tower .

Uma fonte de instituição financeira disse ao **Valor** que atualmente três ativos estão à venda, alguns deles em fibra óptica. Os potenciais compradores seriam a Algar, Phoenix Tower e Vogel. Outro especialista citou que a Companhia Paranaense de Energia venderá a subsidiária Copel Telecom.

Analistas dizem que essas regionais são candidatas a serem "a nova GVT". Trata-se de uma referência à empresa fundada pelo israelense Amos Genish a partir da compra de uma licença da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) por R\$ 100 mil, em 2000, e a vendeu à Telefônica em 2014 por R\$ 22 bilhões. A Algar é considerada peça-chave na consolidação no próximo cenário.

Em janeiro de 2018, a Algar vendeu 25% de suas ações para o fundo soberano de Cingapura GIC, por meio da afiliada Archy LLC, por cerca de R\$ 1 bilhão.

Desde então, a Algar acelerou os aportes no aumento de vendas e receita, além de aquisição. Em 2018, foram destinados R\$ 82,9 milhões à compra de ativos da Cemig Telecom.

Jean Carlos Borges, diretor-presidente da Algar Telecom, disse que o plano é investir de R\$ 620 milhões a R\$ 630 milhões em 2019. No ano passado, os aportes foram de R\$ 733,2 milhões, 33,7% acima de 2017, mas incluíam aquisição de ativos, o que não está previsto agora.

Borges disse que monitora de perto as oportunidades que aparecem, mas que não há "nada de quente" no momento: "Sempre olhamos se há uma rede pronta [para comprar] para acelerar o nosso crescimento." Se isso ocorrer, ele disse que pode ser feito um aporte adicional, ou propor ao conselho de administração que troque recursos previstos para expansão de rede por compra de ativo. Essa é uma vantagem de ter um fundo como acionista, afirmou.

Sediada em Uberlândia, a Algar já fez três aquisições: Icara Telecom (2005), Optitel (2015) e Cemig Telecom (2018).

Segundo João Moura, presidente da Associação das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (TelComp), o declínio nos preços do serviço de telefonia está motivando negócios para potencializar os retornos individuais e recompor as margens. "Os fundos de private equity esperam um crescimento do setor nos próximos anos, por isso estão ativos."

"Vejo com otimismo a possibilidade de fusões e aquisições no setor principalmente com o novo cenário político-econômico. As potenciais transações deverão ser em FTTH [fibra óptica até a residência do cliente, na sigla em inglês], área que está em consolidação", disse Marcia Ogawa, líder nacional da indústria de tecnologia, mídia e telecomunicações da Deloitte.

A Vogel, que possui 85% do capital social detido pelo Pátria Investimentos, está presente em 600 cidades com seus serviços de redes. Faturou R\$ 300 milhões em 2018. Fez quatro aquisições entre junho daquele ano e julho de 2016. O presidente Ricardo Madureira disse que os investimentos nos dois últimos anos somaram R\$ 170 milhões.

Em infraestrutura, a American Tower arrematou o maior lote vendido pela Cemig Telecom no ano passado, por R\$ 571 milhões. A rede de fibra óptica nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro será integrada às torres da empresa para vender capacidade no atacado, disse um analista de banco de investimentos.

A rival Phoenix Tower deve seguir os mesmos passos no Brasil.

Concessionárias de rodovias que possuem rede de fibra óptica também são candidatas a sair dessa área, considerada não estratégica. O **Valor** apurou que a Samm, controlada do Grupo CCR, contratou o BTG Pactual para vender a empresa. As empresas não se manifestaram sobre o assunto.

Robertson Emerenciano, sócio do escritório Emerenciano, Baggio e Associados, disse que negócios na área de infraestrutura deverão ser fechados em 30 a 60 dias no segmento de fibra óptica.

De acordo com Luis Motta, sócio-líder de telecomunicações da KPMG no Brasil, o processo de consolidação dessas operadoras começa pelas cidades do interior. **(Colaborou Ivone Santana)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/03/2019

Seção: Especial

Autor: Daniela Chiaretti | De Nairóbi, Quênia

Título: Projetos na Amazônia terão US\$ 100 milhões de agência americana

Na viagem da comitiva do presidente Jair Bolsonaro aos Estados Unidos, no domingo, há uma iniciativa que mira o desenvolvimento da Amazônia e outra que busca alguma previsibilidade diante de secas e do processo de desertificação crescente do semi-árido nordestino.

No primeiro caso trata-se de um acordo costurado entre o Ministério do Meio Ambiente e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) e que prevê o financiamento de US\$ 100 milhões para projetos de impacto na Amazônia.

A Amazon Impact Investment Partnership baseia-se no financiamento de empreendimentos do setor privado com prazo de carência e juros baixos que criem cadeias sustentáveis e agreguem valor aos produtos da floresta, sem contrapartida brasileira.

"Queremos financiar atividades privadas. Não é governo nem ONGs", disse ao **Valor** o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. "O foco é o pessoal do setor privado, pequenos empreendedores", seguiu. O MMA estabelecerá a estratégia de identificação e habilitação de atividades sustentáveis na floresta.

"Estamos pensando em trabalhar com entidades representativas de diferentes setores - o pessoal da castanha, da borracha, da madeira, do manejo florestal",

diz Salles. "Pensamos que seja uma boa iniciativa trazer para o mercado pessoas que têm bons projetos, boas ideias, mas não têm recursos", continua. "Não é doação. O empreendedor é responsável pela devolução do recurso."

A segunda iniciativa contempla a região Nordeste. Trata-se de cooperação tecnológica com o governo americano - a Usaid é responsável por fazer a ponte.

"A intenção é prever, com antecedência, crises hídricas e secas nas regiões do semiárido", afirma Salles. "A ideia é prevenir a desertificação, que vem crescendo no Nordeste", continua. "Nos dará instrumentos para conseguir estimular o uso mais responsável da água, evitar que o sistema colapse."

Imagens de satélite meteorológico do Servir, um sistema de monitoramento de alta tecnologia, acredita Salles, ajudarão a prever secas e tomar ações na caatinga.

Ricardo Salles chegou a Nairóbi depois de visitar a nova estação brasileira na Antártica. Por isso, não sabe ainda se irá aos Estados Unidos. A assinatura de ambas as iniciativas está prevista para segunda-feira. "Estou em dúvida se irei ou não. Fiquei vários dias fora do ministério e uma série de coisas acabaram se acumulando."

Em sua estreia na Assembleia Ambiental das Nações Unidas (Unea), que reúne em sua quarta edição quase 5 mil participantes, Salles discursou em plenária, falou em um diálogo sobre inovações sustentáveis e teve bilaterais com a ministra do Meio Ambiente do Chile sobre a conferência do clima que está marcada para dezembro, em Santiago, e com representantes de Índia, China e África do Sul. Encontrou a diretoria do Global Environment Facility (GEF). O ministro quis falar à imprensa internacional.

"A percepção global é que o novo governo brasileiro não está interessado no ambiente ou nos direitos dos povos indígenas", afirmou uma jornalista da agência Reuters durante a entrevista coletiva. "Não é verdade, ao contrário", rebateu Salles. "No passado tivemos lindo discursos de alguns grupos, mas o acompanhamento das informações não necessariamente estava conectado à narrativa."

Uma jornalista da agência espanhola EFE disse que havia uma contradição na fala de Salles, de proteger a floresta e aumentar os investimentos em agricultura. "Não tem contradição", reagiu. "O Brasil aumentou a produtividade agrícola sem aumentar a área do desmatamento." E seguiu, citando o Código

Florestal. "Temos uma legislação muito rígida, em oposição a outros países, que não têm restrições."

"A agricultura brasileira é muito sustentável e um bom exemplo para o resto do mundo de como produzir e proteger o ambiente", seguiu.

Em duas ocasiões mencionou que a Amazônia precisa de um monitoramento mais efetivo, com novas tecnologias e estratégias. Citou drones, mas não deu detalhes do plano. "O monitoramento brasileiro, do Inpe, é reconhecido. Mas estamos trabalhando em um plano detalhado", adiantou, citando a dificuldade de enxergar o que acontece em terra quando há muitas nuvens. "Para complementar a informação, precisamos de imagens e dados específicos, em oposição à simples interpretação dos dados."

Citou a necessidade de o país resolver a agenda ambiental urbana, com suas lacunas no gerenciamento de lixo, no saneamento, no transporte.

"No Brasil neste momento, temos tanta coisa tangível para resolver, considerando aqueles itens da agenda urbana, que estamos dando apoio, mas sem focar, a pesquisa da mudança do clima", reconheceu.

A Unea termina com duas resoluções sobre plásticos nos mares e uma declaração ministerial que também cita o problema. Salles disse que esta é uma das prioridades de sua gestão. A declaração deve incluir 2030 como deadline para lidar com os 8 milhões de toneladas de plásticos que todos os anos são jogados no mar.

"Eu gostaria que fosse num prazo menor. Mas, de outro lado, precisamos ver o que é realista", afirmou o ministro.

A jornalista viajou a Nairóbi a convite da ONU Meio Ambiente

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/03/2019

Seção: Especial

Autor: Daniela Chiaretti | De Nairóbi

Título: Agricultura brasileira é produtiva e sustentável, defende ministro

Em seu discurso na plenária da 4ª Assembleia Ambiental das Nações Unidas (Unea), nos escritórios da ONU em Nairóbi, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, defendeu a agricultura brasileira e fez uma crítica: "O Brasil não

concorda com o tom alarmante às vezes usado para criticar a produção agrícola dos países em desenvolvimento".

Relatórios científicos divulgados na maior assembleia ambiental do gênero, com 4.700 participantes, chefes de Estado e mais de cem ministros do Meio Ambiente, fizeram referência ao que pesquisadores dizem que é preciso estimular para reduzir impactos da mudança do clima, poluição do ar, da água e dos oceanos, degradação ambiental e perda de biodiversidade.

Entre as medidas, estão a redução do desmatamento, a descarbonização das economias e a mudança de padrões de consumo e produção. O estudo sobre os impactos da extração intensiva e insustentável dos recursos naturais sugeriu, entre outras coisas, que é preciso reduzir o consumo de carne.

"A agricultura brasileira mostrou que é possível obter ganhos de produtividade em plena conformidade com os compromissos de desenvolvimento sustentável", defendeu Salles.

"Acreditamos que a promoção da agricultura sustentável é um meio eficaz de prevenir o desmatamento ilegal, ao mesmo tempo em que alivia a pobreza e produz prosperidade."

Salles falou durante a sessão de alto nível da Unea, aberta pelos presidentes do Quênia, Uhuru Kenyatta, e da França, Emmanuel Macron, entre outros.

Kenyatta mencionou o tema central do evento, a necessidade de se rever hábitos de consumo e produção. Macron lembrou que a França preside o grupo das nações mais ricas do mundo, o G-7, e que "este não deveria ser um fórum para Estados não capazes de concordar com um comunicado conjunto sobre mudança do clima", em referência implícita aos Estados Unidos na gestão de Donald Trump.

Ao falar, Salles lembrou que a matriz energética brasileira é renovável e que 33% da biomassa tem origem agrícola. Disse que, "com apenas 30% de seu território usado para produção agrícola, o Brasil é o segundo maior exportador agrícola e alimenta cerca de 20% da população do mundo". Afirmou ainda que o Brasil tem 64% do território "protegido por lei". E que isso o torna "o país com a maior área protegida do mundo".

Segundo ele, "o Brasil está particularmente honrado" de receber US\$ 96 milhões do Green Climate Fund (o GCF, Fundo Verde do Clima), por reduzir com sucesso as emissões de gases estufa do desmatamento. Mencionou que elas caíram cerca de 72% nos últimos 15 anos.

De fato, a redução do desmatamento da Amazônia no período entre 2004 e 2018 é dessa ordem. A partir de 2012, contudo, a taxa de desmatamento sobe e, segundo as análises do Observatório do Clima (rede que engloba cerca de 40 ONGs que atuam com esta temática), segue com clara tendência de alta.

Salles não focou este ponto em seu discurso. A Amazônia ou o combate à mudança do clima tiveram lateralidade.

O ministro do Meio Ambiente deixou claro que sua prioridade é trabalhar na agenda ambiental urbana. Listou o combate à poluição do ar e da água, escassez hídrica, o problema do saneamento, a necessidade de ampliar o transporte sustentável e a eficiência energética, de disposição do lixo e ampliação da reciclagem, de conseguir estimular a produção e o consumo sustentáveis, evitar o desperdício de comida e aumentar as áreas verdes.

A outra prioridade de sua gestão, segundo ele, são os oceanos, "a nova fronteira para a proteção e conservação ambiental".

Adiantou que no dia 22 o Brasil vai lançar o Plano Nacional de Combate ao Lixo Marinho como primeiro passo da "Agenda Nacional para Qualidade Ambiental Urbana".

Lembrou que as 7,7 bilhões de pessoas que vivem no mundo hoje dependem de recursos. "Usar estes recursos de forma sustentável não é uma escolha, é obrigatório", afirmou Salles.

"O mundo precisa de soluções que, simultaneamente, permitam crescimento econômico e protejam o ambiente para as gerações atuais e futuras", disse o ministro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/03/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Expansão da PetroRio

O diretor financeiro da PetroRio, Blener Mayhew, disse que a companhia mantém a expectativa de elevar a sua produção para 100 mil barris diários por meio de novas aquisições. Nos últimos dois anos, a empresa comprou 10% do campo de gás natural de Manati, na Bacia Camamu-Almada, e 70% do campo de Frade, na Bacia de Campos. Com as aquisições, a produção da empresa é de cerca de 28 mil barris diários de óleo equivalente. "O fato de termos comprado

Frade não nos impede de comprar outros ativos... Continuamos procurando ativos e identificamos novas oportunidades. Acredito que possamos comprar mais ativos, sim", disse o executivo, durante teleconferência com analistas.

Queiroz Galvão Energia I

O Ministério Público do Estado de São Paulo opinou ontem pela rejeição do plano de recuperação extrajudicial da Queiroz Galvão Energia (QGE), por reconhecer que os votos da gestora Castllake, que permitiram a sua aprovação, devem ser desconsiderados por haver conflito de interesses. A decisão final sobre o plano cabe ao juiz Marcelo Barbosa Sacramone, da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal do Estado de São Paulo, responsável pelo caso. A manifestação do MP lembrou que a administradora judicial Camiña, Del Ponte e Oshiro Advogados reconheceu que há conflito de interesses na aprovação do plano de recuperação extrajudicial da QGE, que abrange R\$ 3,85 bilhões em dívidas.

Queiroz Galvão Energia II

Segundo o administrador judicial da Queiroz Galvão Energia, (QGE), o fato de a empresa ser controlada "externamente" pela Castllake, credora da companhia cujos votos garantiram a aprovação do plano de recuperação extrajudicial, configura conflito de interesses. "Restou demonstrado, pois, o conflito de interesses existente entre devedora e credores, como bem apurou o administrador judicial, de modo que, excluídos estes do plano de recuperação extrajudicial, tem-se desatendido o quórum estabelecido no artigo 163 da Lei 11.101/2005", diz a manifestação do MP-SP. A Castllake tem cerca de R\$ 2,8 bilhões em dívidas da companhia por meio dos veículos Vientos e do FDIC Apus.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/03/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Corte de custos da Petrobras virá de pessoal

O corte do número de empregados deve se tornar o grande propulsor do plano da Petrobras de reduzir em US\$ 8,1 bilhões os gastos operacionais gerenciáveis previstos para os próximos cinco anos. Os números do balanço da estatal, de 2018, indicam que, mesmo se acabar com todos os seus patrocínios e publicidade, a companhia só atingirá 1% da meta de cortes e que, dentre os principais alvos da petroleira, o grande potencial de economia vem das despesas com pessoal.

A Petrobras informou, na semana passada, que pretende reduzir em 6,6% os gastos gerenciáveis do período 2019-2023, inicialmente orçados em US\$ 122,6 bilhões. Segundo a estatal, a economia viria, basicamente, de três fontes: cortes de gastos com pessoal, por meio de um novo programa de incentivo ao desligamento voluntário (PIDV); da redução das despesas discricionárias, como publicidade e patrocínios; e da otimização do uso de prédios administrativos.

Dentre esses itens, os gastos pessoais são os mais relevantes. No ano passado, essas despesas somaram R\$ 32,289 bilhões, o que representa um aumento de 11% frente a 2017. O crescimento foi puxado, principalmente, pelo aumento dos gastos com participação dos empregados nos lucros e com o programa de remuneração variável, dado o melhor desempenho financeiro da companhia em 2018.

O anúncio de um novo PIDV acontece após ligeiro aumento do número de empregados da Petrobras. Em 2018, o efetivo da empresa subiu 1%, interrompendo uma sequência de quatro anos seguidos de cortes. Ao todo, a empresa encerrou o ano com um efetivo 63.361 funcionários, incluindo a controladora e suas subsidiárias, 22.750 funcionários a menos do que os 86.111 empregados que a petroleira tinha ao fim de 2013, antes da empresa entrar em crise financeira.

Para o analista do Santander, Gustavo Allevato, faltam detalhes sobre como a Petrobras obterá a economia prometida. "Sobre o corte de custos, acho bem ambicioso. Faltam muitos detalhes, dado o tamanho dele", afirma.

Nos últimos anos, a Petrobras promoveu dois grandes PIDVs (um em 2014 e outro em 2016) e conseguiu desligar 16,5 mil empregados com os programas. Com a medida, a empresa pagou indenizações de R\$ 5,5 bilhões e obteve um retorno financeiro de R\$ 19,5 bilhões - abaixo dos cortes prometidos pela empresa.

Já as despesas com patrocínios cresceram 55% em 2018, mas as cifras são relativamente pequenas diante da meta de corte de custos proposta. Ao todo, a empresa investiu R\$ 220 milhões nessa rubrica em 2018. Os gastos em publicidades somaram R\$ 121 milhões, queda de 28,8%.

Sobre o aluguel de prédios, por sua vez, a empresa já vinha adotando, nos últimos anos, algumas medidas para redução de gastos na área. Neste mês, durante a coletiva de imprensa para detalhar os resultados de 2018, o diretor de assuntos corporativos, Eberaldo Neto, afirmou que "vários prédios têm sido desmobilizados nos últimos anos" e que a companhia chegou a obter uma economia de R\$ 1 bilhão desde 2017 com as iniciativas.

Em fevereiro, a Petrobras anunciou que a empresa deixará o Edisp, na Avenida Paulista, em São Paulo. A companhia estima que a iniciativa trará uma economia de R\$ 100 milhões, no horizonte do plano de negócios.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Venda da Braskem para Lyondell segue em negociação

O processo de due diligence relacionado às negociações entre a Odebrecht e a holandesa LyondellBasell para venda da Braskem já foi concluído e o momento é de discussões entre vendedora e compradora, de acordo com o presidente da petroquímica brasileira, Fernando Musa. Questionado sobre o assunto durante teleconferência de resultados ontem, o executivo ponderou que a administração não participa das conversas.

Musa mencionou, na teleconferência, que a direção da petroquímica holandesa confirmou que as negociações seguem em curso após uma due diligence de "alta qualidade". Agora, as discussões estariam concentradas nos últimos passos.

Internamente, a Braskem segue revisando os procedimentos de controle interno para conseguir entregar o relatório 20-F do exercício de 2017 no prazo final dado pela Securities and Exchange Commission (SEC), que regula o mercado de capitais dos Estados Unidos. A companhia conseguiu nova extensão de prazo e espera entregar o relatório até 16 de maio, sob o risco de deslistagem de suas ações na Bolsa de Nova York (Nyse).

Conforme Musa, de modo geral, 2019 deve ser marcado por nova compressão dos spreads (diferença de preço em relação à matéria-prima) internacionais em todas as regiões, diante do desequilíbrio entre oferta e demanda. "Muitos projetos entraram em operação e há desaceleração da economia chinesa, que acaba afetando os spreads. É um ano de desafios na rentabilidade global", acrescentou. Ainda assim, ponderou Musa, os spreads se manterão em patamares bastante saudáveis.

Conforme o executivo, o setor está deixando para trás um ciclo de alta, marcado por spreads elevados. Já houve contração em 2018 e espera-se nova compressão neste ano. "Mas a baixa dos spreads deve ser mais curta e menos profunda", acrescentou. Ao mesmo tempo, há efeitos que compensam a piora das margens, o que leva a expectativa para 2019 ser positiva.

Segundo Musa, a exposição relevante da Braskem ao mercado brasileiro, em um momento de recuperação econômica, é um dos fatores positivos. Além disso, a companhia está presente no mercado americano de polipropileno, que deve oferecer a melhor situação de margem. "Outro fator importante é que em 2018 houve uma série de problemas operacionais externos e internos significativos, com impacto financeiro relevante. A expectativa é que desempenho interno seja muito melhor".

A perda de resultados por fatores externos também não deve se repetir, o que leva a companhia a trabalhar com a expectativa de resultados similares entre 2018 e 2019. No ano passado, a geração líquida de caixa foi recorde em R\$ 7,07 bilhões, 187% acima do apurado em 2017, diante da variação positiva do capital de giro operacional, desvalorização cambial, menor pagamento de imposto de renda nos Estados Unidos e redução do pagamento de juros.

Em 2018, a companhia registrou queda nas vendas em todas as regiões. No Brasil, o desempenho foi afetado pela greve dos caminhoneiros e um apagão no Nordeste. Na Europa, a forte estiagem impediu a navegação no rio Reno e levou à menor disponibilidade de matéria-prima. Nos Estados Unidos, o inverno rigoroso afetou a operação das três fábricas da Braskem. A petroquímica também enfrentou um incêndio na unidade de cloro-soda no país e a menor disponibilidade de etano por parte da Pemex no México. "Começamos a ver um esforço maior da Pemex para importar etano, em paralelo a melhorias em eficiência operacional", disse Musa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/03/2019

Seção: Eu fim de semana

Autor: Carlos Rydlewski | Para o Valor, de São Paulo

Título: Área econômica do governo articula desestatização, mas privatizações se mostram complexas

Existem perto de 440 estatais no Brasil, controladas direta ou indiretamente pela União, Estados e municípios. Sob a alçada federal, elas somam 135. Este último dado coloca o país entre os líderes das nações com mais empresas sob o comando de governos centrais, em um ranking preparado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Nessa lista, os números brasileiros só perdem para os da China (com incríveis 51 mil estatais federais), Hungria (370) e Índia (270). Em contrapartida, vencem os da República Tcheca (133), Lituânia (128), Polônia (126) e Eslováquia (113).

"Pode soar irônico, mas a nossa economia é, ao menos sob esse aspecto, mais estatizante do que a de alguns ex-satélites da velha União Soviética", diz Márcio Holland de Brito, professor da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV). "Na prática, somos uma grande 'sociedade estatal de mercado'." Não por acaso, portanto, a privatização tem sido um tema recorrente nas últimas décadas, sendo que, com o início do governo de Jair Bolsonaro, tornou-se premente.

Há grande expectativa em torno do assunto. Paulo Guedes, ministro da Economia, liberal de "quatro costados", egresso da Universidade de Chicago, afirmara na campanha eleitoral que iria se desfazer de todas as estatais que encontrasse pela frente. As operações, calculou à época, poderiam render R\$ 800 bilhões ao Tesouro Nacional. Tal ímpeto, porém, logo de saída foi arrefecido pelo presidente Jair Bolsonaro e pelos militares que o assessoram.

Esse "alto lá" presidencial retirou do menu das eventuais privatizações a Petrobras, o Banco do Brasil (BB) e a Caixa, ainda que suas subsidiárias entrem no bolo desestatizante. Em um evento realizado no Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), no Rio, no mês passado, o ministro disse que acatou tais restrições com naturalidade, pois os militares têm um carinho paternal por algumas dessas companhias. "Mesmo assim, eu os adverti: 'Olha que seus filhos fugiram de casa e estão drogados'", contou Guedes. "Cuidado!"

O recuo tornou um tanto incerto o real efeito das anunciadas privatizações na economia do país. O bloco formado pela Petrobras, BB e Caixa, somados ao BNDES e à Eletrobras, representa mais de 93% dos ativos do patrimônio líquido das estatais federais. Para o liberalismo inicial, o novo ponto de partida passou a ser menos ambicioso.

"Deixamos para trás gestões petistas que destruíram algumas estatais, tanto pelo intervencionismo como pela corrupção", diz a economista Elena Landau, uma espécie de porta-bandeira das privatizações (como símbolo, ela criou a hashtag #privatizaduto). "Este deveria ser o momento para provocar uma ampla discussão sobre o tema. Mas não é o que está acontecendo. A equipe econômica parece que não vai fazer muito mais do que um simples programa de desinvestimentos."

Na prática, desde a posse, a área econômica do governo manteve a estrutura do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), montada na gestão de Michel Temer para tocar os projetos de privatizações e concessões. Em agosto de 2016, no início do mandato do ex-presidente, existiam 154 estatais federais. Hoje são 135 (números de dezembro de 2018). Ou seja, quase duas dezenas delas foram

desestatizadas. Trata-se de uma guinada razoável se considerada a práxis imediatamente anterior. Entre 2003 e 2015, período das gestões Lula e Dilma, foram criadas 41 empresas públicas no país.

O Ministério da Economia também escalou o empresário Salim Mattar, dono da empresa de aluguel de veículos Localiza, para o comando da Secretaria-Geral de Desestatizações. Em janeiro, no Fórum Econômico Mundial, em Davos, Paulo Guedes disse que quer levantar US\$ 20 bilhões com privatizações ainda neste ano.

Otimista, Mattar, que não quis conceder entrevista para esta reportagem, aumentou a aposta. Em um seminário no banco Credit Suisse, em São Paulo, afirmou que poderia "surpreender" e acrescentar entre 25% a 50% à cifra citada pelo chefe.

Os setores que reúnem maiores possibilidades de negócios, segundo uma fonte do governo, são o elétrico e o aeroportuário - os menos atraentes seriam portos e ferrovias, pois exigem aportes parrudíssimos. As subsidiárias das grandes estatais também vão entrar no menu das privatizações. E não são poucas. A Petrobras tem 36 delas; a Eletrobras, 31; o BB, 16; e a Caixa, 2. Mas os recursos obtidos com a venda dessas companhias vão para as respectivas holdings. Eles não pingam na conta do Tesouro. Essa, porém, é uma linha de atuação que está ganhando força.

A Petrobras, agora sob o comando do economista Roberto Castello Branco, outro liberal da Universidade de Chicago, anunciou na primeira semana deste mês um Plano de Resiliência, com propostas de desinvestimentos. A petrolífera informou que analisa ainda a venda de refinarias, cujo retorno é inferior à atividade de produção e exploração.

Em um país com cerca de 440 estatais há uma imensa diversidade. A Natex, criada em 2008, no município de Xapuri, terra de Chico Mendes, no Acre, fabrica preservativos com o látex da região. Nasceu sob o slogan a "camisinha da floresta". No momento, ela está fechada por falta de demanda. O governo local estuda o que fará com a empresa. Um grupo de companhias públicas de pequeno porte também está na alça de mira de Mattar. Ele é formado por 18 firmas que dependem de recursos da União para respirar. Elas custam R\$ 15 bilhões ao ano aos cofres públicos. A maior parte delas, contudo, não será sequer privatizada. Pode ser liquidada.

Essa lista inclui a Valec. Ela veio ao mundo em 2008 para explorar a infraestrutura ferroviária. Questionada sobre um eventual fechamento, a empresa informou que é vinculada ao Ministério da Infraestrutura e cumpre "o planejamento e as diretrizes governamentais". Desse bloco, Mattar também já

criticou publicamente a existência da Ceitec, que também surgiu em 2008, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, para produzir circuitos integrados, usados na identificação de animais (o "chip do boi"), medicamentos e veículos. O ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, ao qual a empresa está vinculada, não confirmou o fechamento. A companhia não quis comentar o assunto. Ainda assim, prepara-se para lançar novos produtos e teve de correr para acalmar os parceiros, depois das críticas que recebeu do secretário de Desestatização. Entre as "dependentes" do Tesouro, porém, algumas devem ser preservadas. Esse é o caso da Embrapa.

Outra frente aberta no campo das privatizações tem como eixo o BNDES, que não quis se manifestar nesta reportagem. Hoje, o banco está sob o comando de Joaquim Levy, o ex-ministro da Fazenda no governo Dilma, também da turma de Chicago. A ideia, aqui, é conceder aos Estados (falidos, na maioria) financiamentos com garantias do governo federal. Por sua vez, os governadores adotariam medidas de ajuste e colocariam empresas públicas estaduais no cesto das desestatizações.

A estratégia não é nova. Foi usada no governo FHC. Injeta-se recursos em Estados e municípios, onde são mais necessários para bancar áreas como educação e saúde. Mas a tática é de difícil execução. Considere o caso do Rio Grande do Sul. O governador gaúcho, Eduardo Leite (PSDB), esteve no BNDES em meados de fevereiro. Disse que tem várias candidatas à privatização e planos de apurar R\$ 3 bilhões até 2020 com as vendas. Mas, hoje, uma estatal gaúcha só pode ser vendida após a realização de um plebiscito. Leite observou que havia encaminhado à assembleia local uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para reverter tal situação. Ainda assim, o processo de mudança não será trivial.

E esse é o ponto. A desestatização, sob qualquer ângulo que se observe, é uma tarefa para lá de complexa. Vender pelo melhor preço e para o melhor investidor, como afirma Armando Castelar, coordenador da área de economia aplicada do Ibre/FGV, exige contratos precisos, um modelo regulatório eficaz, além de uma estrutura de fiscalização efetiva. Mesmo tecnicamente há poucos consensos nesse campo, como afirma Holland de Brito, criador do Observatório das Estatais na FGV.

Por exemplo, é melhor vender ações das estatais de maneira pulverizada ou para um só investidor? À primeira vista, a pulverização parece mais democrática, mas grandes investidores podem alterar de forma efetiva a qualidade da gestão e da governança. Outro ponto: as grandes empresas públicas não serão privatizadas, mas devem ficar "magrinhas" com a venda das subsidiárias, como já indicou Salim Mattar.

"Isso pode não ser bom", diz Holland de Brito. "Se você vende muitas subsidiárias, pode perder uma fonte importante de receitas cruzadas e comprometer o fluxo de caixa da companhia. Nesse caso, o resultado geral vai piorar. Quem quer ver isso acontecendo com uma grande estatal, um desses símbolos nacionais?"

Além do mais, é preciso evitar a concentração de poder ou, no limite, transformar monopólios estatais em monopólios privados - como pontua Delfim Netto, "os privados, em geral, são piores do que os públicos". Foi isso o que ocorreu no México, durante o governo do presidente Carlos Salinas, em 1990. A Telmex, o conglomerado da área de telecomunicações, foi vendido para o Grupo Corso, do multimilionário Carlos Slim, um dos homens mais ricos do mundo (está em 7º lugar no ranking da "Forbes" atualmente). Criou-se à época um monopólio. Imbróglio maior ocorreu nas privatizações na Rússia após o derretimento da União Soviética. Ali, à sombra de Boris Iéltsin, formou-se a primeira geração dos chamados "oligarcas", um grupo que passou a dominar setores estratégicos como a energia e os minérios, os bancos e a mídia. O processo foi descrito no livro "Sale of the Century" (A liquidação do século), da jornalista Chrystia Freeland. Além de gerar concentração, ele fez emergir na cena internacional (e nas listas de bilionários) nomes polêmicos como o de Boris Berezovsky e Mikhail Khodorkovsky.

E mesmo com um bom projeto nas mãos, é preciso enfrentar a burocracia e passar pelo crivo dos órgãos de controle - no caso federal, o Tribunal de Contas da União (TCU). Seguem-se as batalhas judiciais, em todas as esferas, o que inclui a trabalhista. Outro ponto crítico é a definição de um cronograma (ou, como dizem os técnicos, do "pipeline") das privatizações. A ideia é evitar um eventual excesso de oferta de projetos no mercado em determinado momento. "É por isso que o calendário de vendas e concessões tem de conter uma certa maldade", diz uma fonte do governo, que preferiu não se identificar. "Você não pode leiloar uma distribuidora de energia e, a seguir, uma transmissora. Os ativos não podem ser colocados à venda de forma tão colada." É por isso que a velocidade da desestatização nem sempre é a que se almeja, mas a que se pode alcançar.

Outra barreira surge no campo da política. Uma pesquisa do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), feita em parceria com a Contatos Assessoria Política, constatou que, das 135 empresas estatais controladas pela União, pelo menos 51 delas (ou 38%) só podem ser privatizadas com a autorização do Congresso. E esse crivo, como demonstram as discussões em torno da reforma da Previdência, não vem de maneira fácil e nem de graça. Mesmo porque a discussão é polêmica. Entre os parlamentares são poucos os assuntos tão marcadamente ideológicos como o da privatização.

Em uma reunião com governadores em Brasília, por exemplo, o governo defendeu a fusão do BNDES com o Banco do Nordeste (BNB). Contando com BB e Caixa, que não quiseram se manifestar, eles somam 18 no país. Incluem desde financiadoras, como a Finep, passando por órgãos regionais, caso do BNB e do Banco da Amazônia (Basa), e chegando até os estaduais como o gaúcho Banrisul e o capixaba Banestes. Há especialistas que defendem a fusão de todas essas instituições em uma só. Paulo Guedes, nesse aspecto, foi até parcimonioso. Sugeriu uma simples fusão. Mesmo assim, a ideia despertou a ira da bancada nordestina. Diversos parlamentares da região manifestaram-se publicamente contra a proposta.

Nos anos 90, o economista Luiz Carlos Mendonça de Barros sentiu na pele o peso da resistência que a classe política pode imprimir às desestatizações. Ex-presidente do BNDES na gestão de FHC, ele foi um dos artífices das privatizações daquela década. No período, o Brasil privatizou 119 empresas. Elas geraram US\$ 70,3 bilhões em receita, segundo dados do professor Armando Castelar. Os valores, diz Castelar, fizeram da iniciativa brasileira uma das maiores em todo o mundo. Entraram no rol de vendas desde geradoras de energia até bancos estaduais. Foram feitas concessões de rodovias e deu-se a quebra do monopólio público de telecomunicações - o que incluiu a venda da Telebras, a maior do período, que levantou R\$ 22 bilhões. A desestatização da Vale fez parte desse pacote.

A mineradora era chamada de a "joia da coroa" da União. Mas, apesar do lugar-comum, ela era mesmo uma joia. Gigante, rentável, um símbolo, sua venda foi contestada em todas as frentes. As polêmicas incluíam desde o valor do negócio à presença da multinacional Anglo American entre os possíveis compradores (por ter forte presença na África do Sul, a oposição tentava ligá-la ao apartheid). Mendonça de Barros observa que, como a maioria das estatais, a Vale mantinha estreita relação com os governadores nas áreas onde atuava, oferecendo cargos e deixando-se levar pela influência dos políticos locais. À frente do BNDES, ele visitou a área de exploração de minério de ferro da empresa, em Carajás, no Pará. Ali, foi recepcionado em uma festa abastecida com um arsenal de garrafas de champanhe da marca Krug, caríssimas. Depois, durante um passeio em que driblou a comitiva oficial, o economista observou o caos nos estoques, com peças diferentes para o mesmo fim, compradas em processos licitatórios intrincados. "Eu me assustei", diz. "Havia muita coisa errada ali."

Foi aí que ele partiu para a privatização da mineradora. E o processo só pode ser definido por uma palavra: guerra. O líder da tropa oponente no front político, diz Mendonça de Barros, era o ex-presidente José Sarney, à época senador pelo Amapá. Ele não quis comentar o episódio. "O nível das discussões era tão ruim que, uma vez, fui inquirido no Senado", conta Mendonça de Barros. "De repente, me diz um senador: 'Tenho informações seguras de que a companhia

vale US\$ 1 trilhão'. Eu respondi: 'Mas, senador, como é possível se a maior empresa do mundo [a Exxon, na ocasião] vale US\$ 200 milhões?'. Ele não pôde me contestar. Aquilo foi uma coisa tão maluca que acabou me ajudando. Não só não fui massacrado na audiência como ainda saí por cima, vencendo o debate".

No fim das contas - e muita briga -, a Vale foi privatizada em 6 maio de 1997. Nesse dia, quem passou pelas imediações da antiga Bolsa do Rio, na praça XV, onde ocorreu o leilão, assistiu a uma batalha campal envolvendo milhares de pessoas. Pessoas da esquerda brasileira até hoje tratam a venda da empresa como um crime contra a nação.

É verdade que os tempos são outros, mas é possível que a estrutura existente no país para embalar desestatizações tenha piorado nos últimos anos. Para privatizar bem, observa o jurista Carlos Ari Sundfeld, não basta querer - é preciso remover camadas espessas de entulho que levam à instabilidade jurídica em um punhado de setores. Um deles é o saneamento.

O BNDES tem quase duas dezenas de projetos em análise desse segmento, no qual sobejam estatísticas alarmantes. De acordo com dados divulgados no ano passado pelo Instituto Trata Brasil, quase metade da população brasileira não tem acesso a coleta de esgoto e pelo menos 35 milhões não são abastecidos com água potável. Entre 2015 e 2016, houve uma redução de R\$ 1,75 bilhão dos aportes do governo federal nesse setor.

À primeira vista, portanto, o segmento reúne condições favoráveis de desestatização (serviços ruins, infraestrutura ineficaz, além de baixa capacidade de investimento do Estado). Mas é só à primeira vista. A área de saneamento não tem um marco regulatório. Temer editou - e reeditou - uma medida provisória (MP) sobre o tema, mas ela segue perambulando entre os parlamentares.

"Até agora, ninguém sabe o que o novo governo pensa sobre a proposta", diz Sundfeld, professor de direito da FGV-SP. A grande questão a ser resolvida, frisa o jurista, é se os municípios podem continuar transferindo para os Estados o direito de prestar serviços de saneamento. A MP tem um caráter pró-mercado. Na prática, ela inviabiliza a outorga do serviço dos municípios para os Estados sem licitação. "Mas nem se sabe se, transformada em lei, a medida vai vigorar", diz ele. "É discutível, por exemplo, se uma lei federal pode impedir a articulação entre governos estaduais e municipais. O fato é que o assunto desperta grande polêmica e traz muita insegurança."

Setores com mais possibilidades de negócios são o elétrico e o aeroportuário; os menos atraentes, portos e ferrovias

Sundfeld, porém, observa que essa é apenas uma amostra do vazio regulatório vigente no país. "O grande dilema nacional é que temos de convencer os poderes públicos e o mundo político a fazer reformas estruturantes. Não me refiro à Previdência, aos impostos ou à questão fiscal", aponta. "Precisamos de uma reforma do Estado, com a aprovação de uma lei da liberdade econômica, além de legislações setoriais específicas para áreas como o saneamento, as telecomunicações e os portos." O jurista diz acreditar ainda que, sem essas mudanças, as privatizações podem até avançar, mas em ritmo lento e com baixa eficácia. "O problema é que temos pressa e precisamos de uma quantidade enorme de investimentos em um curto prazo de tempo." Por outro lado, observam analistas, um ambiente regulatório estável é uma das formas mais eficientes que os Estados modernos dispõem para obter capital e desenvolver mercados.

Nesse bloco de bases cambaleantes também estão as agências regulatórias. Esses órgãos foram criados para equilibrar a relação entre o Estado, os investidores e os cidadãos. Elas deveriam funcionar como agentes fiscalizadores, garantindo que a prestação de serviços fosse feita com qualidade e a um preço justo. Por tudo isso, têm de atuar de forma independente e autônoma. Mas um estudo do economista Daniel De Bonis, especializado em administração pública, mostrou que 56% das vagas de alto escalão das dez agências existentes no país foram ocupadas por pessoas ligadas a partidos políticos. Isso ocorreu entre 2011 e 2014, mas se trata de uma prática recorrente.

Esse número, observe-se, superou as indicações político-partidárias nos dois governos Lula (2003-2010) e representou o dobro das registradas no período FHC (1995-2002), quando esse modelo de agências regulatórias foi implantado no Brasil. Com verbas contingenciadas, elas também viram evaporar a possibilidade de autonomia. "Esse debate foi jogado às traças", diz Sérgio Lazzarini, professor do Insper, em São Paulo, e autor do livro "Capitalismo de Laços". "Existe um projeto de lei tramitando no Congresso sobre o tema, mas ele foi desvirtuado. Sem agências fortes, não se pode pensar em privatizações sólidas."

Em alguns eventos, Paulo Guedes tem exposto seu diagnóstico sobre a economia nacional. Para ele, desde o fim do governo Geisel (1974-1979) o país vive uma "tragédia em vários atos". Em todas as "cenas do crime", porém, o vilão foi o mesmo. Trata-se do "descontrole dos gastos públicos" e "nenhum governo foi capaz de estancar essa sangria em 40 anos". "O pior é que se gastou muito e mal", diz o ministro. Na lista de ralos espúrios das despesas nacionais, ele inclui a Previdência, "uma fábrica de desigualdades"; os juros da dívida, um dispêndio "estéril", que "consome o equivalente a um Plano Marshall por ano

[que reconstruiu a Europa após a Segunda Guerra]"; e a máquina pública, que abriga as estatais.

"E essas empresas estão em 'corner', às vezes, ninhos de corrupção e empreguismo, não investem e não deixam ninguém investir, pois, em muitos casos, detêm o monopólio sobre suas áreas de atuação." Daí, a Fazenda, a premência das privatizações. Mas, como se viu até aqui, não vai ser fácil transformar a análise em ação. É preciso fazer ou refazer toda uma base estrutural de regras e procedimentos para que o processo ocorra de maneira transparente, democrática e eficaz. Parafraseando Guedes, nos últimos 40 anos, essa também não tem sido uma tarefa simples.

VEÍCULO: O Globo

Data: 15/03/2019

Seção: Colonas

Autor: Flávia Oliveira

Título: O preço da imagem arranhada

A tragédia de Brumadinho não para de macular a reputação da Vale. Desde o rompimento da barragem da Mina de Córrego do Feijão, que deixou 203 mortos, 105 desaparecidos e o Rio Paraopeba em agonia, a gigante brasileira da mineração já foi excluída do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) do mercado acionário brasileiro; e do Pacto Global, canal de aproximação das Nações Unidas com o setor privado.

Esta semana foi a vez de o Instituto Ethos, organização civil que reúne empresas comprometidas com boas práticas de responsabilidade socioambiental, suspender a companhia do quadro de associados por dois meses. A comissão de ética da entidade também vai decidir na semana que vem se pune o Flamengo, pelo incêndio que matou dez jovens atletas no Ninho do Urubu, e o GPA, dono da rede Extra, pelo assassinato do jovem Pedro Henrique Gonzaga por um segurança, dentro da loja da Barra, no Rio.

Nunca, de uma só vez, o Ethos teve de lidar com tantas catástrofes corporativas num período tão curto de tempo, admite Caio Magri, presidente da entidade. O rompimento em Brumadinho ocorreu em 25 de janeiro, o incêndio no centro de treinamento do time carioca, em 8 de fevereiro; o assassinato do jovem DJ, seis dias depois.

A crise econômica aguda nos últimos anos, a pressão de acionistas por bons resultados financeiros e dos executivos por bônus milionários são hipóteses para o descaso com os investimentos em segurança, preservação de vidas e do meio ambiente. Da resposta a cada uma das tragédias vai depender a própria

credibilidade do Ethos em atestar que empresas brasileiras estão, de fato, comprometidas com as melhores práticas. Cada ocorrência mina tanto a imagem da empresa quanto dos certificadores e do país.

“Todas as empresas têm problemas. A questão é se conseguimos ou não fazê-las avançar ao longo do tempo. Tantos episódios em tão pouco tempo sugerem que as métricas e ferramentas criadas para avaliar a responsabilidade socioambiental não estão funcionando bem”, completa Magri.

Para restabelecer o vínculo como Ethos, a Vale terá de assumir as responsabilidades pelo acidente em Minas Gerais, apresentar as ações que estão em andamento para reparar os danos e, mais importante, se comprometer a adotar um modelo sustentável para a mineração brasileira. A empresa é líder no país e segunda no mundo. Depois da tragédia em Brumadinho, a companhia prometeu desativar em até três anos todas as dez barragens construídas pelo sistema de alteamento a montante. A Agência Nacional de Mineração (ANM), órgão regulador do setor, proibiu a técnica e determinou o descomissionamento das 84 existentes — 43 delas foram classificadas como de alto potencial de danos.

Faz alguns anos que o compromisso de corporações locais com ética e responsabilidade socioambiental está em xeque. A Operação Lava-Jato, que está completando cinco anos, levou à exclusão das principais construtoras brasileiras da lista do Ethos. Odebrecht e Camargo Corrêa foram reincorporadas somente no ano passado, após firmarem acordos de leniência; OAS e Lesa seguem fora. Também banido foi o Grupo José Pessoa, por ocorrência de trabalho em condições análogas à escravidão no setor sucroalcooleiro.

O caso da Vale é particularmente grave — para o Ethos e também para o Brasil — porque envolve reincidência. A empresa era dona de metade da mineradora Samarco quando a barragem do Fundão se rompeu em Mariana (MG), provocando a morte de 19 pessoas e a destruição do Rio Doce, em 2015. Na época, a entidade cobrou explicações da subsidiária, que preferiu se desligar do Ethos espontaneamente.

Quase dois anos após o episódio, até então o pior acidente ambiental já ocorrido no país, Murilo Ferreira deixou a presidência da Vale. Foi substituído por Fabio Schvartsman, que assumiu sob o lema “Mariana nunca mais”. Ele e três diretores pediram afastamento das funções executivas, após pressão da força-tarefa de procuradores federais, estaduais e policiais federais que apuram as causas da tragédia.

Procurada, a Vale declarou que “segue focada no apoio incondicional às famílias dos atingidos e na reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem”.

VEÍCULO: O Globo

Data: 15/03/2019

Seção: O País

Autor: NATALIA PORTINARI E AMANDA ALMEIDA

Título: CPI de Brumadinho: seis senadores receberam doações de mineradoras

Parlamentares que integram comissão declararam repasses de empresas ou pessoas físicas ligadas ao setor

Seis dos 14 senadores que compõem a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada para investigar a tragédia de Brumadinho já receberam, direta ou indiretamente, verba de mineradoras em suas campanhas em eleições passadas.

O senador Carlos Viana (PSD-MG), nomeado relator da CPI, recebeu, nas eleições de 2018, R\$ 100 mil do executivo Luís Fernando Franceschini, diretor do Grupo Biogold, fundo formado por empresários mineiros para desenvolver projetos de mineração.

Outro a integrar a CPI, o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) recebeu R\$ 18 mil da Vale e R\$ 13 mil de outras mineradoras nas eleições de 2014, verba repassada através de outros candidatos do seu partido.

Otto Alencar (PSD-BA) teve doação de R\$ 1,4 mil da Vale em 2014, também encaminhados por outro candidato.

A senadora Rose de Freitas (PODE-ES) recebeu R\$ 200 mil da Salobo, projeto de cobre da Vale, em 2014, e Wellington Fagundes (PR-MT), R\$ 150 mil, de uma mineradora chamada Cavalca Construções e Minerações Ltda no mesmo ano.

Jean Paul Prates (PT-RN), suplente de Fátima Bezerra na CPI, fez campanha em 2014 com R\$ 58 mil da Serveng, grupo que atua com obras, Energia e mineração.

Procurado, Carlos Viana disse que há diferença entre receber doação legal e defender uma atuação das empresas que ponha vidas em risco.

— Uma coisa é receber uma doação legal, outra é concordar com coisa errada. Pela importância do setor da mineração, é muito difícil em Minas Gerais não buscar um setor que tenha uma coisa ligada à mineração, ou um ex-funcionário.

Wellington Fagundes afirmou, em nota, que “as doações de campanha através de empresas, quando permitidas, jamais comprometeu minha atuação parlamentar”. “A citada doação, à época, integrou prestação de contas, aprovada sem restrição pela Justiça Eleitoral”.

Otto Alencar afirmou que não sabia que havia recebido dinheiro de mineradoras. Através de sua assessoria, Anastasia disse que não há qualquer comprometimento por ter recebido as doações.

VEÍCULO: O Globo

Data: 15/03/2019

Seção: O País

Autor:

Título: STJ liberta 13 funcionários da Vale e de empresa alemã

Ministro Néfi Cordeiro afirmou que prisão temporária determinada anteontem era ilegal porque os detidos já tinham sido ouvidos

O ministro Néfi Cordeiro, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), concedeu ontem uma liminar que garante a libertação dos 13 funcionários da Vale e da Tuv Sud, presos, em Belo Horizonte, por decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG).

Na decisão, o ministro reconheceu a ilegalidade da prisão temporária, alegando que os investigados já foram ouvidos durante a prisão temporária inicial, e os funcionários da Vale, inclusive, foram afastados da empresa, demonstrando a desnecessidade da prisão.

Cordeiro estendeu a decisão também aos funcionários da Tuv Sud, empresa que atestou a segurança da barragem B1, da Mina Córrego do Feijão, da Vale, que se rompeu em Brumadinho, em dia 25 de janeiro.

Três funcionários da Vale e dois da TUV SUD foram presos no dia 27 de janeiro e soltos no dia 5 de fevereiro. Outros oito funcionários da Vale — quatro técnicos e quatro gerentes, dois deles executivos — foram presos em 15 de fevereiro e soltos no dia 27. Nos dois casos, o relaxamento da prisão foi por decisão do Superior Tribunal de Justiça, que considerou as prisões desnecessárias.

Na quarta-feira, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais havia determinado que os investigados deveriam ficar na cadeia o tempo que faltava para completar 30 dias de prisão temporária.

Segundo a defesa de alguns dos presos, eles teriam que passar a noite na penitenciária Nelson Hungria, em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e as duas mulheres na penitenciária Estêvão Pinto, em Belo Horizonte.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 15/03/2019

Seção:

Autor:

Título: Celeridade na investigação

Visão do Correio

As autoridades policiais e judiciais não podem negligenciar as investigações para apontar as verdadeiras causas do rompimento da Barragem Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), e os culpados por tamanha tragédia, que provocou a morte e o desaparecimento de mais de 300 pessoas. Ainda mais depois que a força-tarefa criada para apurar a catástrofe descobriu que a Vale — companhia responsável pela mineração no local do desastre — burlou as próprias normas de segurança ao ignorar parâmetros de garantia de estabilidade da estrutura que ela mesmo tinha se comprometido a implementar depois do estouro da Barragem do Fundão, em Mariana (MG), com saldo de 19 mortes e devastação socioambiental sem paralelo no país.

Documentos aos quais os Diários Associados tiveram acesso mostram que a mineradora, em vez de adotar as recomendações para chegar a patamares confiáveis de segurança, optou por substituir as empresas de consultoria que se negaram a atestar a estabilidade da represa que se rompeu por outras dispostas a firmar os laudos. Foram muitos os alertas de que os cálculos usados para confirmar a segurança da barragem em Brumadinho não estavam dentro dos padrões aceitáveis pela atividade minerária em todo o mundo. Os avisos foram dados por auditorias externas, empresas de engenharia e especialistas internacionais independentes. No entanto, a mineradora preferiu ignorá-los e passar por cima de suas próprias normas.

Causa espanto que uma companhia da dimensão da Vale — ela é uma das três maiores do ramo no planeta — tenha operado com índices considerados abaixo dos toleráveis, usando artifícios como contratar consultorias externas que usam

metodologias de medição obsoletas que já caíram em desuso por não garantir a segurança das estruturas. Pior: se a terceirizada se negava a expedir o laudo, a Vale simplesmente a substituía. Aconteceram pelo menos três advertências em relação à represa de Brumadinho e nenhuma medida concreta foi tomada.

Os integrantes da força-tarefa também detectaram, em seus levantamentos, estudos com resultados maquiados que assustavam até mesmo os funcionários que estavam na linha de frente da companhia. Promotores, procuradores e policiais não escondem as fortes evidências de que a Vale tinha uma política de conseguir declarações de estabilidade de barragens de forma indevida, “mesmo sabedora de que se tratava de estruturas com risco elevado, capazes de vitimar, no caso de sua ruptura, número significativo de pessoas e causar danos ambientais e patrimoniais de grande vulto.”

Dentro da premissa de que as investigações não podem parar e são urgentes, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) mandou de volta para a prisão 11 funcionários da mineradora e dois consultores terceirizados. Somente agindo de forma rápida e eficiente, as autoridades atenderão à ansiedade da sociedade no sentido de punir, exemplarmente, todos os que contribuíram para o hediondo crime que se cometeu no pequeno município mineiro.

MME / ASCOM .